

sistência ao texto. A inclusão das notas e da bibliografia no fim, assim como de um índice remissivo de temas e autores, tão frequente nas edições em língua inglesa e, lamentavelmente, tão raro nas edições francesas e portuguesas, confere-lhe ainda uma qualidade pedagógica, ao facilitar tanto a leitura continuada como a simples consulta.

Lamenta-se apenas a ausência da reflexão feminista francesa, à excepção das autoras referidas no capítulo 4, cujas obras estão editadas em inglês, muito particularmente a questão da paridade. Nascido na esfera partidária, e tendo-se deslocado posteriormente para o debate teórico sobre a diferença, o movimento pela democracia paritária merecia um destaque semelhante ao que é concedido às formas de contestação abordadas nos últimos capítulos. Registam-se outras lacunas da sociologia feminista francesa, que anteciparam no tempo algumas das críticas que aqui surgem apenas na década de 90, ligadas ao feminismo pós-moderno de língua inglesa.

Apesar destas limitações, que resultam do império da língua sobre as ideias, o esforço de contextualização dos conceitos, das teorias e dos debates apresentados neste livro faz dele uma obra de referência para o estudo e análise do pensamento feminista, marcado por um contexto histórico e social particular, e revela a potencialidade desta reflexão muito para além do objecto da diferença entre sexos, que constituiu o seu

ponto de partida, como se verifica na seguinte citação: [...] we can use categories such as 'gender', 'race' and 'class' in social and cultural analysis but on the assumption that their meaning is plural, historically and socially specific. The effects of using such categories will depend both on how they are defined and on the social context in which they are used» (p. 130).

LÍGIA AMÂNCIO

*Françoise Battagliola, Histoire du travail des femmes*, Paris, Éditions La Découverte, 2000, 123 páginas.

O presente coloca sempre questões para a história, não por ela ter a resposta, mas porque pode, pelo menos, fornecer instrumentos de compreensão. Actual, em França ou em Portugal, a questão da representação e da participação das mulheres em todos os níveis de poder tem uma acuidade especial. Segundo o inquérito ao emprego em França de 1998, a população activa feminina ronda os 44,3% (73% para as mulheres de 25 a 49 anos; homens 82%; 75% mulheres casadas, mães de dois filhos). O investimento das mulheres francesas no trabalho, em particular nas profissões superiores (35,3% nas profissões liberais; 31,9% quadros do funcionalismo público; 51,4% professoras e profis-

sões científicas; 40,4% profissões da informação, das artes e espectáculos; 33,9% quadros administrativos e comerciais das empresas; 14,4% engenheiras e quadros técnicos de empresas; 34,2% quadros e profissões intelectuais superiores), vem de longe, ainda que tenha aumentado consideravelmente nos últimos vinte anos, acompanhando a progressão da sua escolarização.

Os recentes debates sobre a paridade dos homens e das mulheres mostraram que os avanços, notáveis, ainda chocam com fortes resistências, quer se trate do mundo do trabalho, do domínio da vida privada ou da esfera política. Se as mulheres estiveram muito tempo excluídas da esfera política, a sua inserção profissional contribuiu para lhes entreabrir as portas. Ser activa aproxima o comportamento político das mulheres do dos homens — o mundo do trabalho constitui um lugar de aprendizagem, de socialização e de legitimação da acção pública. Mais as mulheres são diplomadas, menos as suas opiniões, representações e práticas se diferenciam das dos seus homólogos masculinos. Ou seja, é o facto de ser diplomada e activa que favorece e valoriza a sua inserção política. Mas uma significativa percentagem de mulheres situa-se ainda nas margens do emprego, exposta ao subemprego e à precariedade.

Nos anos 80, a introdução da noção de «género» na história das mulheres em França, ou seja, de uma diferença dos sexos baseada na cul-

tura e validada pela história, convidou a interrogar o universal e a mostrar a sua historicidade. História, sociologia — Françoise Battagliola é, ela própria, socióloga no CNRS — e antropologia têm-se completado no estudo das «relações entre os sexos» enquanto resultado de uma construção social. O conceito de *trabalho de mulheres* (*women's work*) é aqui um conceito importante — aplicado às ocupações que na «esfera pública» foram definidas historicamente como femininas — para se perceber a origem e continuidade da profissão «feminina». A autora apoia-se numa história relacional — das relações entre homens e mulheres — e dinâmica — centrada sobre as mudanças, as transformações, as transições — que tem orientado a investigação científica depois dos anos 80.

No século XIX, que apresentou o trabalho fabril das mulheres fora do lar como uma novidade chocante, contraditória com a feminilidade, o trabalho assalariado feminino não parou de progredir<sup>1</sup>. No mercado de trabalho foi aceite como mulher, definida como esposa, mãe e dona de

---

<sup>1</sup> As condições demográficas desempenharam um papel importante no recrutamento da mão-de-obra feminina: a baixa da natalidade, desde o século XVIII, precede a da mortalidade, que permanece elevada até ao fim do século XIX. Em contrapartida, em Inglaterra — forte baixa da mortalidade e manutenção de uma natalidade alta — não houve necessidade de se recorrer às mulheres, tanto mais que a revolução agrícola tinha libertado uma abundante mão-de-obra rural. Neste caso, com a ajuda do vitorianismo, o modelo de anjo do lar pôde impor-se com facilidade.

casa, e não como trabalhadora. Para os operários masculinos, patrões, Estado e sindicatos, o trabalho feminino era considerado uma ocupação temporária, nunca uma profissão. Daí a ambiguidade do seu estatuto: as mulheres eram trabalhadoras, mas ao mesmo tempo elas eram também esposas e mães de família.

Cronologicamente, a operária de fábrica nasce com a indústria têxtil, pois foi aqui que a máquina mais depressa invadiu o velho mundo dos ofícios. As oficinas de fiação e de tecelagem tornaram-se lugares clássicos de trabalho feminino. Para as povoadas, os patrões dispunham de um vasto reservatório de mão-de-obra não qualificada sobretudo entre as mulheres do campo: as máquinas não pediam qualificação nem força muscular. Por outro lado, o maquinismo tornara inútil e pouco rentável um certo número de actividades tradicionais, como a tecelagem e a fiação manuais.

A mulher que, na fábrica, trabalhava com máquinas pesadas e complexas chocava o ideal de ser doméstico, delicado, dependente da protecção do pai ou do marido. O declínio dos costumes era, dizia-se, provocado pela promiscuidade dos sexos e pelo facto de as gerações coabitarem o mesmo espaço fechado, conduzindo a falta de disciplina nas fábricas ao relaxamento das obrigações que deviam existir entre homens e mulheres. Aos homens competiria o encargo viril das funções públicas (esfera pública); à mulher, as funções domésticas (esfera privada). Admitir à mulher o exercício daquelas era torná-la uma pes-

soa pública, proclamar a confusão dos sexos e, em última instância, a abolição da família. A literatura abordou a condição da mulher operária de um ponto de vista estritamente moral: na maioria dos romances, as fábricas foram retratadas como antros de perdição.

As operárias de fábrica não eram as primeiras trabalhadoras da história. Desde sempre que as mulheres haviam trabalhado na agricultura, na manufatura e na confecção de tecidos, na venda de géneros alimentícios e sobretudo no serviço doméstico. A revolução industrial não veio alterar esta ordem. O que a sociedade oitocentista descobriu com a nova consciência social vitoriana foi a mulher trabalhadora como objecto de piedade. No mundo pré-industrial, o trabalho da mulher, executado no lar, não interferia seriamente com as responsabilidades da mãe sobre os cuidados dos filhos e as obrigações domésticas. A fábrica, ao separar geograficamente o lugar de produção — a fábrica — do lugar de reprodução — o lar —, introduziu um conflito entre as funções da mulher e provocou a exacerbação dos problemas da mãe trabalhadora. Não era que a filantropia burguesa esperasse que as mulheres das classes populares não trabalhassem. Pelo contrário, o trabalho era a justa retribuição para a pobreza. Tratava-se de fomentar os tipos de actividade que coincidissem com o seu papel natural de mulher e com a esfera doméstica. Dados os pressupostos ideológicos predominantes em torno da operária de fábrica, era lógico que se fomentasse o traba-

lho a domicílio como actividade laboral preferida para a mulher. Em casa, as costureiras recebiam a obra já talhada, enviada pelas fábricas ou pelos grandes armazéns, repartindo o tempo entre a costura e as actividades domésticas e o cuidado das crianças, prolongando a jornada pelo serão fora, fazendo horários de quinze e dezoito horas.

As mulheres entraram nas fábricas por absoluta necessidade económica, e não por direito ou por opção. À medida que se avança no século xx, o número de mulheres afectadas por essa necessidade vai-se ampliando até abarcar as mulheres de outras classes sociais. Depois, as máquinas de escrever introduziram-na nos escritórios, acelerando rapidamente a feminização do sector terciário. Na indústria, a actividade feminina conservou as características legadas pelo mundo rural: trabalho de apoio, mal pago, intermitente, ritmado pelas maternidades, desqualificado. Será necessária a guerra para fazer entrar as mulheres nos sectores das construções mecânicas, onde a sua presença contribuirá, decisivamente, para acelerar a taylorização.

Até ao advento da fábrica, as actividades femininas e masculinas não estavam em pé de igualdade. A especialização da esposa era feita em função directa da do marido, e o seu estatuto era o de uma assistente. A representação profissional era, assim, indirecta, aliás, como a do resto da família. No entanto, os seus contemporâneos reconheciam-lhe, ainda que dentro da marginalidade da

condição feminina, um certo valor e era raro, para um homem, estabelecer-se como tecelão ou como pequeno comerciante sem o contributo da esposa. O trabalho feminino na indústria a domicílio era desvalorizado porque não fazia apelo a grandes conhecimentos profissionais. O que o caracterizava era a importância da habilidade manual tradicional. É que da socialização feminina emergem a obediência, a minúcia, a paciência e a rapidez, qualidades que farão da mulher um elemento preponderante no trabalho em cadeia nas fábricas — qualidades reais dissimuladas em qualidades naturais, porque a qualificação propriamente era atribuída apenas aos homens.

É geralmente atribuído o recrutamento das mulheres para as fábricas à mecanização e, conseqüentemente, a este binómio mulheres/máquinas se liga o desemprego masculino. Não é bem assim. O que na realidade aconteceu foi que a máquina veio reproduzir uma divisão de trabalho que já existia na indústria a domicílio. O que o maquinismo trouxe foi uma divisão das profissões e dos empregos assente na divisão dos sexos e idades, segundo uma hierarquia onde intervêm não apenas a noção de trabalho simples ou complexo, mas também a mais subtil de trabalho apropriado, de papel específico, conveniente. Por outro lado, a admissão de mulheres nos escalões mais baixos permitiu aos homens subir na hierarquia dos empregos mais qualificados e mais bem remunerados. O caso da têxtil, símbolo da mecanização, é paradoxal. Nos primeiros tempos, a mecanização da fição e da

preparação de algodão eliminou de maneira brutal a tradição do trabalho feminino: a máquina deslocou estas operações do lar para a fábrica e transferiu as tarefas das mulheres para os homens. Em contrapartida, a tecelagem, tarefa masculina até então, permanecerá manual (mesmo na fábrica) por muito tempo e empregará exclusivamente mulheres. Finalmente, quando as máquinas chegaram à tecelagem, as mulheres entraram para as fábricas. Os homens ocupavam os empregos qualificados de preparação e de acabamento, relativamente bem pagos, e asseguravam a manutenção das máquinas. Temos assim que as mulheres foram preferencialmente recrutadas para as fábricas pelas características ligadas ao seu sexo e, nas oficinas, o seu lugar foi regulado por questões de estatuto que tradicionalmente atribuíam aos homens os lugares de chefia e às mulheres as tarefas auxiliares. Foi, portanto, na tradição da organização/divisão do trabalho na indústria a domicílio que os industriais encontraram o ponto de partida para a diferenciação no recrutamento de mão-de-obra para as fábricas e foram os valores pré-industriais que justificaram o trabalho das mulheres operárias no século XIX<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> A industrialização não acabou com a indústria a domicílio, a que os anglo-saxónicos chamam *sweated labour* (isto é, numa tradução à letra, «trabalho suado») e que significava longos horários, salários muito baixos e péssimas condições higiénicas para os operários. Em certos sectores, como o vestuário e o calçado, a própria industrialização estava a fomentar este tipo de trabalho, quase sempre executado por mulheres e crianças.

Nas fábricas, o trabalho feminino, embora condenado, foi aceite como uma necessidade, quer pela moral burguesa, quer pela classe trabalhadora. E esta aceitação serviu, sem dúvida, o propósito dos industriais de terem à sua disposição mão-de-obra barata. Disperso pelos vários sectores da economia, o trabalho feminino era menos visível: vejam-se os problemas da própria concepção de trabalho como actividade remuneratória nos censos oitocentistas, o trabalho a domicílio, por exemplo, para não falar da classificação do trabalho das mulheres ou da distinção entre activos e inactivos.

Durante a guerra de 1914-1918, as mulheres, adultas e jovens, substituem os homens mobilizados no campo e nas fábricas e acedem a lugares que até então lhes estavam fechados: dirigem táxis, eléctricos e ambulâncias, entram nas oficinas metalúrgicas, moldam obuses, ajustam peças, manejam o maçarico (as *municionetes*, novas figuras da indústria). Quer a feminização, quer a taylorização da mão-de-obra francesa, desencadeadas pela guerra, levaram a que em 1917 se criasse a Escola das Assistentes Sociais de Fábrica. As fábricas de guerra empregavam em 1918 cerca de 420 000 operárias, ou seja, 40,65% da população activa. Se a convivência entre homens e mulheres no mesmo espaço de trabalho continuava a chocar a moral burguesa, a falta de formação profissional da mulher levantava obstáculos à racionalização do emprego

da mão-de-obra feminina por parte do Estado-patrão. Aspirações modernistas e tecnicistas aliadas às preocupações de moralidade e problemas da condição feminina levaram à profissionalização da assistente social num terreno que até aí lhe estava vedado: a fábrica. Compete à assistente a missão, entre outras, de fazer reinar a paz social na fábrica, nomeadamente a de evitar greves (1917 foi um ano fértil em greves, sobretudo nas fábricas de guerra, que contou com larga participação das mulheres). Terminada a guerra, as mulheres devolveram os lugares aos homens e voltaram para o lar. Longe de funcionar como instrumento de emancipação feminina, como se pensou, a guerra — aliás, ambas as guerras — recolocou cada sexo no seu lugar, reiterando as representações mais tradicionais da diferença dos sexos, como o demonstraram os sindicatos com a hostilidade ao trabalho das mulheres.

Foi no período entre as duas guerras, nos anos 30, por influência do movimento católico, que o acesso das raparigas à escola aumentou significativamente, sobretudo no ensino primário superior. Foram as filhas da classe média em crise que melhor aproveitaram a expansão da escolaridade e que o progresso do terciário atraiu — ensino, bancos, escritórios —, intensificando o movimento de feminização da administração iniciado nos finais do século XIX. Com os empregos de escritório assiste-se à criação de profissões femininas socialmente consideradas, como a dactilógrafa ou a

secretária: profissões que se apoiam nas qualidades atribuídas às mulheres.

A história do trabalho feminino não é linear, mas sim feita de avanços e recuos, de contradições e incoerências, como bem nos dá conta Françoise Battagliola. E, se a entrada das mulheres nas actividades até agora ocupadas pelos homens se fez — e continua a fazer — muitas vezes em favor de uma reorganização do trabalho e de uma desvalorização das profissões, mesmo se elas investem em sectores tradicionalmente femininos, como o ensino, não fizeram mais do que fechar aquelas que as exercem em actividades classificadas como *trabalho de mulheres*, desde sempre atribuídas às mulheres como mais apropriadas à natureza feminina ou ao seu papel social. Ou seja, a questão em debate, levantada pela autora, prende-se com as vias da profissionalização das vocações femininas, construídas e tidas como tal, ainda largamente por explorar, assim como com os movimentos de entrada de mulheres nas profissões ditas «femininas». Que produzem estes movimentos do ponto de vista do exercício das profissões e da sua definição social? Quais as incidências que têm sobre as trajectórias dos actores, homens e mulheres? No seio da mesma profissão, homens e mulheres não exercem as mesmas funções, e estas últimas acedem muito raramente aos níveis mais elevados, apesar das mudanças verificadas com as últimas gerações.